

PARECER

Processo nº 1691-T-14

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio, localizado na cidade de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais.

Trata este Parecer da indicação para inscrição do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio, localizado na cidade de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, nos Livros Histórico, das Belas Artes, e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Situado na rua Dom Pedro II, 350, no bairro Mariano Procópio, e sob a denominação Parque Mariano Procópio, o Conjunto em pauta contém o palacete ou Villa Ferreira Lage e respectivos jardins construídos no século XIX, bens móveis e integrados e todos os equipamentos ali constantes, e o edifício anexo onde se instalou, em 1922, o museu de mesmo nome. A superfície total do Parque é de 77.620.3539m², sendo que as edificações abrangem 17.693,001m²; e o trecho ajardinado e densamente arborizado corresponde a 50.627,975m².

A argumentação favorável expressa neste Parecer fundamenta-se nas informações e análises contidas no Processo de Tombamento, o qual se constitui em três volumes, sendo o terceiro subdividido em duas partes. Agrega-se a isso os textos de Estudo Prévio elaborado com vistas ao restauro dos jardins, e artigos de pesquisadores e educadores referentes ao contexto de formação do lugar.

O planejamento e a execução de ações realizadas recentemente pelo Museu Mariano Procópio e as iniciativas do Iepha, Ibram, Iphan, Ministério do Turismo, e Prefeitura de Juiz de Fora no sentido da conservação do Conjunto estão referenciadas e citadas na instrução do processo.

O pedido do tombamento foi solicitado em janeiro de 2010 por Douglas Fasolato, Diretor Superintendente do Museu Mariano Procópio, o qual apresenta justificativas histórico-sociais e simbólicas do Parque, sugerindo ainda diretrizes para gestão, quando aplicada a normativa de proteção em nível federal.

O Dossiê para a instrução do processo de tombamento foi elaborado por Mario Antonio Ferrari, arquiteto e urbanista, e Olinto dos Santos Filho, historiador e pesquisador do Escritório Técnico do Iphan, unidade Tiradentes / São João Del Rei. Em 2013, a documentação

que forma o processo, finalmente aberto em 11 de março de 2014, foi encaminhada ao DEPAM por meio de ofício da Superintendente do Iphan em Minas Gerais.

Nas páginas 448 até 456 da segunda parte do volume III, encontra-se a Análise da proposta de tombamento elaborada pelo Técnico em Arquitetura do DEPAM Antônio Miguel Lopes de Souza. A reprodução das descrições da arquitetura da Villa e do Anexo, contidas em dossiês de tombamento municipal e estadual, e os principais argumentos para a aceitação da proposta de tombamento do Parque emanados do proponente são os itens marcantes desse documento instrutório.

O Dossiê, portanto, contém desenhos e plantas de levantamentos cadastrais, projetos de restauração, reforma, propostas de ampliação, relatórios de visita e estudos do estado de conservação do edifícios e parque, além de pareceres elaborados em 1978, 1979, 1997 e 2008.

O Relatório de Visita ao Parque do Museu Mariano Procópio, constante nas páginas 164 a 175 do processo de tombamento, e elaborado por Carlos Fernando de Moura Delphim em 15 de abril de 1997, é um registro da situação e das práticas inadequadas de uso que ali ocorriam àquela época. Delphim, arquiteto da paisagem então responsável pela área de Patrimônio Natural e Arqueológico do Iphan, após apuradas análises e diagnósticos, reafirmava o “imenso valor” do lugar, sugerindo o tombamento em nível nacional. Em 2002, na sequência, o mesmo arquiteto elaborou Relatórios de Consultoria para o município de Juiz de Fora sobre o Sítio Histórico do Museu Mariano Procópio.

Estão incluídos ainda anexos com a Listagem e inventário das estátuas e esculturas do Parque Mariano Procópio de 2006; Carta do Encontro Nacional dos Jardins Históricos ou Carta de Juiz de Fora, de 2010; Dossiê do Tombamento estadual, elaborado em 2005, no qual consta nas páginas 310 a 354 minucioso levantamento, diagnóstico, diretrizes para intervenções e recomendações museológicas, além de reproduções de documentos sobre reforma e ampliação do Museu; projeto de restauração do edifício do Museu e do Parque; Dossiê do tombamento municipal; folder promocional; artigos, textos de palestras e matérias de jornais e revista; e outras referências à história do Parque e à importância da coleção museológica.

A Listagem e inventário das estátuas e esculturas do Parque Mariano Procópio, acima referidos e constantes nos volumes II e III do processo de tombamento, foram elaboradas em 2006 para registrar a autoria, funcionalidade, localização, diferentes materiais e técnicas, e procedências dos bens integrados às fachadas e jardins. Embora incompletas, as fichas do inventário contêm a descrição e as datas prováveis de origem das esculturas e artefatos.

Dentre essas esculturas, encontram-se peças fundidas na Oficina Val d’Osne e remanescentes de construções que foram demolidas durante a reforma empreendida por

Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro. Esse processamento técnico denota a importância da “escola” estilística e a origem francesa das obras acadêmicas e das cópias de esculturas gregas antigas, registrando ainda as características dos ornatos das fachadas e dos canhões do período colonial, entre outras peças de interesse existentes nos jardins.

No que diz respeito à categorização patrimonial dos elementos que constituem o sítio em pauta, observa-se que o acervo da Villa Ferreira Lage (assim denominada a partir da década de 1980) foi trazido do Rio de Janeiro em 1914 e aberto à visitação pública em 1915; no ano de 1921 foi criado o Museu Mariano Procópio; em 9 de fevereiro de 1936 a área e construções nela inseridas foram doadas ao município de Juiz de Fora; em 1939, as coleções do Museu Mariano Procópio foram inscritas nos Livros Histórico e de Belas Artes do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN; o Parque e as construções aí existentes foram tombados em nível municipal no ano de 1983; e, com as inscrições nos Livros do Iepha, foi outorgado, em 2005, o tombamento estadual ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico e ao acervo do Museu Mariano Procópio, que encontra-se fechado desde 2008 para reformas e obras de restauro.

Essas diferentes formas de proteção institucional estão a garantir a integridade física e a consolidar a significância cultural, fazendo com que o Parque, a Villa Ferreira Lage e o Museu Mariano Procópio sejam vistos hoje na condição de exemplares excepcionais para a história da arte, da arquitetura e dos jardins públicos da cidade de Juiz de Fora e do estado de Minas Gerais. Dessa perspectiva, o tombamento federal ampliará, em termos nacionais e internacionais, o sentido e significado desses valores de cultura já reconhecidos.

Considerado paisagem cultural, jardim histórico e exemplar de exceção, o Conjunto foi indicado para tombamento, em virtude de seus valores históricos, artísticos e ambientais, cuja fundamentação está apresentada a seguir.

O “Histórico da cidade de Juiz de Fora”, constante no Volume I do processo, relaciona, dentre os fatos físicos e políticos iniciais da formação da cidade, a construção do Caminho Novo. Concluído em 1709, esse foi o registro fundador do lugar. Ao possibilitar a comunicação da Corte portuguesa com a província de Minas Gerais, o caminho configurou o traçado da comarca e Vila de São José do Rio da Mortes, depois Vila de São del Rei do Rio das Mortes, território onde, a partir de 1836, a Vila de Juiz de Fora se desenvolveu.

O nome da cidade faz referência à Fazenda do Juiz de Fora, gleba citada em documentos dos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira datado de 1789, e na descrição de Saint-Hilaire de 1816-1817. A localidade teve ainda as denominações de Arraial de Santo

Antônio do Juiz de Fora, Município de Santo Antônio do Paraibuna (1850), Paraibuna (1856) e Cidade do Paraibuna.

A estrada de ferro D. Pedro II, que chegou à cidade em 1870, e a cultura cafeeira, cujo comércio com a Europa levava os fazendeiros mineiros a manter escritórios em Paris, impulsionaram o crescimento da cidade. O desenvolvimento nacional, anterior à Proclamação da República, e a implantação das plantas industriais tornaram Juiz de Fora a reconhecida “Manchester Mineira”, expressão que Rui Barbosa criou. Assim, a primeira fábrica de cimento e a primeira laminação de vergalhões de aço para concreto armado, ao lado da instalação da primeira usina hidroelétrica, confirmaram a posição pioneira da cidade no sentido do progresso industrial.

A industrialização e a imigração foram os principais vetores das diferenças da formação da cidade. Além dos portugueses e africanos, os alemães, italianos, sírio-libaneses imprimiram o pluralismo econômico e cultural que diferencia Juiz de Fora de outros núcleos históricos brasileiros.

A par da exaltação ao regime monárquico, é no campo da política e da cultura onde se denota a tradição democrática, artística e literária da cidade. Acontecimentos e eventos que marcaram a história brasileira no século XX; a posição vanguardista de escritores contemporâneos que acorreram à cidade, e dos ali nascidos, destacando Pedro Nava entre outros que fundaram a Academia Mineira de Letras, Murilo Mendes e Affonso Romano de Sant’Anna; e a publicação do primeiro livro modernista do estado de Minas Gerais são alguns dos fatos que expressam a importância cultural de Juiz de Fora.

Na cidade existem obras expressivas de fases marcantes na trajetória de artistas nacionais consagrados, destacando Oscar Niemeyer, autor do projeto da sede do Banco do Brasil; Di Cavalcanti e Cândido Portinari, cujos painéis de mosaicos são elementos de destaque no Marco do Centenário e na composição das fachadas de edifícios modernistas. Outro exemplar característico da arquitetura do Movimento Moderno em Minas Gerais é o edifício do Museu de Arte Moderna Murilo Mendes, que abrigou a Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora até 2005 e foi projetado na década de 1960 por Décio Bracher.

A ambiência física se caracteriza em estilos representativos das diferentes fases do desenvolvimento de Juiz de Fora. Desse modo, ecletismo, neoclassicismo, art déco, protomodernismo e modernismo – linguagens e estilos gerados no final do século dezanove e primeira metade do século vinte –, configuram em maioria as arquiteturas híbridas que se mesclam às ‘comuns’ para identificar as formas da cidade.

Juiz de Fora possui bens protegidos pelo Iphan, Iphan e município. Dessa maneira, o Marco do Centenário e o Cine Teatro Central possuem tombamento federal; o Parque Mariano Procópio e a Sede do Banco de Crédito Real, têm tombamento estadual; e o Parque Mariano Procópio, Hotel Magestic e Antiga Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas foram tombados em nível municipal.

No que diz respeito aos fatos históricos fundamentais para a formação do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio, observa-se que seu idealizador, Mariano Procopio Ferreira Lage, nascido em Barbacena, Minas Gerais, em 1821 e falecido no Rio de Janeiro em 1872, foi um fazendeiro, comerciante e empresário ligado, por negócios e interesses comerciais, ao projeto modernizante do Estado Imperial.

Os “melhoramentos materiais” realizados a partir de 1850 no município então recém-criado, levaram Mariano Procópio, depois conhecido o “Mauá mineiro”, a ali fixar residência. Os seus empreendimentos mais notáveis, naquele contexto de modernização progressista, foram a criação da Companhia União e Indústria; e, entre 1853 e 1862, a construção de rodovia de mesmo nome para o escoamento da produção cafeeira. A estrada União e Indústria liga até hoje Juiz de Fora a Petrópolis, a estância de vilegiatura da Família Imperial, apelidada Cidade Imperial a partir da década de 1930.

Mariano Procópio também criou uma colônia de imigrantes e uma escola agrícola em Juiz de Fora. Para realizar tamanhas empreitadas, trouxe engenheiros, arquitetos, agrimensores e topógrafos, além de técnicos e mais de mil imigrantes alemães. Quando a Companhia União e Indústria entrou em declínio, ele conseguiu recursos do governo para cobrir as dívidas e foi nomeado presidente da Ferrovia Pedro II.

Dessa maneira, dividiu com outros personagens, entre eles Bernardo Mascarenhas, o construtor da primeira usina hidroeletrica privada do nosso país, os empreendimentos que modernizaram a Zona da Mata Mineira na segunda metade do século XIX.

A historiografia registra que o terreno de uma chácara onde havia um bosque e uma casa oitocentista foi adquirido por Mariano Procópio para construir o “castelinho” que se tornou a Villa Ferreira Lage. O palacete da Quinta, deveria estar concluído em 1861, ano de inauguração da estrada União e Indústria. Porém, nessa ocasião, ele recebeu a Família Imperial no antigo casarão da chácara; e, apenas em 1869, quando veio inaugurar a Escola Agrícola construída por Mariano Procópio, D. Pedro II foi o nobre hóspede da Villa.

A construção, considerada “uma pequena joia arquitetônica” devido à singularidade volumétrica e torreão que marca a fachada principal, foi idealizada por Karl Gambbs ou Carlos Augusto Gambbs, arquiteto alemão que teve a ajuda de operários trazidos da Alemanha.

A Villa foi implantada no alto de uma colina, em cujas vertentes e platôs foram criados jardins com caminhos, lago com ilhas, canais e pontes, gruta e bosque.

A família deu continuidade aos desejos do patriarca no sentido da modernização e manutenção da propriedade. Desse modo, após a morte de Mariano Procópio, intervenções e renovação dos interiores foram realizadas por sua mulher Maria Amália; seus filhos, em especial Alfredo Ferreira Lage (1865-1944) que criou o Museu Mariano Procópio em 1921, e inaugurou o Anexo para abrigar a coleção que se expandia em 1922, ano do centenário de seu pai; e a sobrinha, também colecionadora, viscondessa Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque.

Esses fatos e os feitos dos proprietários evidenciam as preferências e os referenciais da vida cotidiana e do poder econômico da burguesia brasileira nos séculos XIX e XX. Portanto, é a histórica dedicação da família Ferreira Lage para com as artes e a cultura o fator mais favorável à indicação do tombamento do lugar onde os descendentes de Mariano Procópio viveram parte das suas vidas. Essa dedicação se expressa não apenas com a construção e manutenção da Villa e respectivos jardins; mas também com a doação da coleção original, as novas aquisições, a preservação e a abertura do acervo ao público.

Tais procedimentos se estenderem por décadas, imprimindo aos bens e ao lugar importante e inédita função social. Assim, em tempos de formação e consolidação da identidade nacional, conforme idealizada no século XIX e começo do século XX, esses personagens colaboraram para constituição e valorização de uma cultura cosmopolita que mesclava tradição e modernidade em nosso país.

Em paralelo ao colecionismo, paixão que marcou as histórias da vida familiar, expressando os hábitos do grupo social, também ligado ao cultivo e exportação do café, a que pertenciam o patriarca e seus filhos, a singularidade de um academicismo eclético marca e tingem de ares jardinescos, o paisagismo romântico e neoclássico do Parque, e a arquitetura da Villa Ferreira Lage e do Museu Mariano Procópio.

Desse modo, o estilo Imperial, a linguagem eclética da arquitetura dos edifícios, os traçados e a exuberância dos jardins identificam a conformação física, estética, ecológica e ambiental do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio.

As descrições da arquitetura da Villa denotam a profusão de detalhes, destacando os estilos, fachada com torreão, mirante, galilé, escadas, janelas, balcões e sacadas; lezenas e pilares verdadeiros, passadiço sobre arco pleno, medalhões, frisos, vasos e ornatos em cerâmica. A integração desses elementos com o Parque faz a Villa 'transpirar' as híbridas linguagens do Ecletismo europeu.

As construções são envolvidas por jardins, onde esculturas e adornos de formas e materiais diversos referenciam diretamente o ecletismo de tendência italiana; o mobiliário e as ambientações internas também denotam a raiz europeia que definiu o gosto das famílias da burguesia brasileira à época. Desse modo, são ressaltadas a linguagem da arquitetura e o estilo da decoração, referenciando-as ao Renascimento italiano da região de Toscana, Florença; e ainda aos estilos inglês e francês.

Porém, conforme registrado na fl. 205 do volume II da proposta de tombamento, a “Sua importância está em agregar vários interesses e inúmeras possibilidades de pesquisa, a começar por ter sido residência construída e habitada por um empreendedor e político que se destacou pelas ideias e pela ação em prol do desenvolvimento no período imperial, permitindo refletir o século XIX, através do gosto e da individualidade do protagonista, retratando a vida cotidiana de seus moradores através de documentos, objetos pessoais e de decoração, mostrando como viviam e interagiam. Também serviu de paço imperial, quando nele se hospedou o imperador d. Pedro II. Além disso tem a finalidade de apresentar um estilo arquitetônico – inovador – no Brasil, bem como de mobiliário, servindo para mostrar o século XIX em seu esplendor”.

Documentos antigos e pesquisas recentes sobre os fatos históricos, quando articuladas ao espaço físico e imaterial da construção, possibilitam um percurso imaginário que evidencia o gosto estético, os desejos de poder e a riqueza da vida social e política dos seus proprietários e idealizadores.

O tipo e a morfologia no modelo “castelo” demonstram que a Villa era diferenciada para a época, pois o neoclassicismo configurava o padrão oficial e a linguagem estética dominante. Os volumes que se interpenetram, a tectônica do tijolo, usado em sua aparência e textura naturais, entlabaduras e modenaturas configuram composições coerentes, apesar da assimetria do torreão e da varanda ou terraço do pavimento superior.

A monumentalidade da Villa é sugerida de modo curioso, pois a altura dos volumes é desproporcional em relação às superfícies. Canteiros simétricos no acesso fronteiro desenham semicírculos ao redor da pequena fonte com estatuária da Fundação Val d’Osne. Escada estreita com poucos degraus compõe a entrada quase acanhada, onde é possível apreender as diferenças sensíveis entre as perspectivas sinuosas e amplas dos jardins, as espacialidades e riqueza do décor interno da Villa e as largas dimensões do edifício anexo.

Em razão do crescimento do acervo, o Anexo foi projetado especificamente para a função museológica. A arquitetura desse edifício é associada à estética da Villa, na medida em que reproduz materiais, técnica e detalhes construtivos, além de revestimentos e ornatos.

A construção assenta-se em platô posterior à Villa, e tem volumetria retangular e simétrica. Quando se observa a fachada principal do Museu, a qual é oposta à da Villa, o pórtico avançado e o embasamento alto, junto com o terraço adornado com vasos, impõem certa feição neoclássica e monumental.

A galeria central é encimada por claraboia cujo desenho é atribuído a Rodolfo Bernardelli. Em 1983 foi construído segundo pavimento sobre as alas laterais, alterando sobremaneira a espacialidade interior que a abertura iluminada proporcionava.

A suposição de que a claraboia é de autoria de Rodolfo Bernardelli, se baseia em indícios sem documentação comprobatória. Porém, estudos realizados nessa direção parecem configurar atitude estratégica no sentido de ampliar o espectro da significância cultural do lugar.

Escadarias com vasos e estátuas emolduram a fachada voltada para a Villa. Um passadiço estruturado com arcadas em tijolo aparente e ornatos faz a ligação entre aquela e o Museu. Embora transformado na materialidade original devido a mudanças que alteraram a planta oitavada do terraço, a cobertura e os pilares que eram de ferro fundido, o passadiço cria espaços de interesse tanto em relação ao nível das entradas nos pavimentos superiores quanto ao nível do terreno do Anexo e da Villa.

Na antiga colina, domesticada com as construções e elementos pretensamente naturais, a eclética coleção do Museu Mariano Procópio se revela em obras de arte, livros, fotografias e documentos raros. A coleção, com cerca de 52 mil itens, é considerada uma das mais completas do período Imperial, possuindo peças de mobiliário do século XVI ao XIX entre as originárias do Palácio de São Cristóvão.

Para ressaltar a importância dessa coleção, na palestra inaugural do II Encontro de Museus, Lygia Martins Costa afirmou que o museu: “De acervo nacional e internacional, é uma exceção do estado e dos raros exemplos no Brasil de uma coleção de grande categoria doada ao público.”

Além do arquivo documental e fotográfico, e da biblioteca, o acervo se compõe de peças artísticas e objetos de variada procedência, tipo e natureza que se encontram nas fachadas das construções e nos jardins. Em acepção mais ampla, na medida em que existem no Parque espécies de variada origem, árvores centenárias, além de aves, pequenos animais, e outras variedades de bens naturais, esta coleção botânica e zoológica, originária da obra de Mariano Procópio e familiares, também integra o acervo do Museu.

O Parque, espaço livre de muita importância para a cidade, pois é o único refúgio na área urbana para macacos, tatus e aves, é composto de duas partes distintas. Na parte baixa e

plana se encontra um lago artificial de forma retangular. Em uma extremidade do lago observa-se um jardim geométrico, de gosto francês. O riacho que deságua no lago é cruzado por duas pontes de madeira construídas no século XIX, com ancoradouro para pequenos barcos. Denso bosque cobre a encosta do outeiro e, no topo, estão implantadas as construções.

As diferentes composições das massas vegetais apresentam em maioria espécies nativas e algumas exóticas, ao gosto dos jardins do século XIX. Totalmente reflorestado no século XIX e começo do século XX, o Parque tem vegetação densa e variada. A mata cerrada e frondosa dispõe de espécies frutíferas, destacando-se, entre outras, as jabuticabeiras; árvores de lei, jacarandás e jatobás; e espécies ornamentais, sapucaias, paineiras e palmeiras imperiais.

Pequena gruta estruturada com pedras oriundas da construção da estrada União e Indústria, fontes, canais, ilhas e pontes, canteiros com flores de origem europeia, alamedas, repuxos e peças artísticas, calçadas de paralelepípedos e caminhos em pedra, saibro e areia, complementam a multiplicidade de elementos paisagísticos em cenário de inspiração inglesa.

Verifica-se também que o Central Park de Nova York, inaugurado em 1858, à maneira do jardim da Villa e de outros jardins públicos e privados brasileiros, se configurou em estilo eclético de tendência romântica.

O desenho do jardim é atribuído a Auguste François Marie Glaziou, paisagista do Império. As relações de amizade de Mariano Procópio, estreitadas em virtude da proximidade com o imperador, além dos referenciais configurados em traçados curvos, lago, canais e ilhas, pequena gruta, composição dos tipos e massas vegetais, e bambuzal, são os indícios que os estudiosos consideram para fundamentar tal hipótese.

O Parque possui equipamentos de apoio às atividades de conhecimento e lazer realizadas pela equipe do Museu. Lanchonete, dois parques infantis e pedalinhos, além de bancos e lixeiras, artefatos de iluminação e placas de sinalização e orientação.

No que diz respeito às diretrizes para gestão, os argumentos apresentados apontam para a valoração maior do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio, considerando-o na condição de Paisagem Cultural. Amplia-se, assim, o interesse histórico, científico e ambiental do Parque, Villa e Anexo.

Nessa perspectiva, seria importante confirmar as hipóteses e interpretações difusas relativas à autoria dos jardins e da clareza antes citadas. Portanto, o estímulo ao aprofundamento de estudos e pesquisas possibilitará a confirmação dos indícios ou o reconhecimento “oficial” dos mitos referentes.

Observa-se, ainda, que, ao estabelecer um microambiente também absorvido pela vizinhança, o Parque agrega valor ao entorno imediato, destacando a Estação Ferroviária, e o terreno lindeiro onde se localiza casarão deveras alterado na configuração físico-espacial e estética que pertenceu a Mariano Procópio.

Esse casarão, herdado por Frederico Ferreira Lage, substituiu a casa da antiga chácara onde, em 1861, se hospedou a Família Imperial. A edificação remanescente e os jardins estão ocupados pelo Comando da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, o que resulta não serem acessíveis ao público. Entretanto, apesar das muitas transformações ocorridas nas configurações originais, estudos posteriores para a valoração individual poderão ser efetivados, observando-se que, fundamentada a reintegração desse ao Parque, haveria melhor entendimento da história e da formação do Conjunto.

Quanto à Estação Ferroviária, às casas das ruas Dom Pedro II e Mariano Procópio, ao trecho da avenida marginal ao rio Paraíba e ao monumento da praça Agassiz —referenciais localizados na vizinhança imediata e próxima, cuja importância é destacada na proposta de tombamento—, sugere-se que também estudos posteriores, de modo a reforçar o valor individual e consequente referência à antiga ambiência do bairro.

Diante desse contexto, o perímetro do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio compreenderá a área que é propriedade do município e consiste na Villa Ferreira Lage, no Anexo a esta, ou seja, o edifício que abriga o museu em si, e o Parque Mariano Procópio e todos os seus equipamentos originais.

No que diz respeito à delimitação do entorno, a poligonal englobará a área envoltória, com a finalidade de preservar a relação entre o Conjunto e a paisagem urbana onde o mesmo está inserido.

Conforme a Súmula deste processo, a notificação de tombamento provisório foi publicada no Diário Oficial da União, seção 3, edição 162, de 25 de agosto de 2015. Nessa publicação consta o destaque aos imóveis acima referidos, ou seja, o casarão ocupado pelo exército, estação, imóveis ecléticos e um colonial que estão inseridos na área de entorno, indicando a preservação destes “como referência ao Parque”. Portanto, faz-se necessário ressaltar que a inserção desses imóveis na poligonal de entorno não abrange a proteção no âmbito da normativa do tombamento federal, conforme tratado neste Parecer.

Na antes citada Súmula, registra-se ainda que verificou-se a necessidade de atualizar a descrição da poligonal de entorno notificada, a fim de corrigir erro no nome de ruas, conforme mapa redesenhado a partir de foto aérea. Assim, a descrição da poligonal será a seguinte:

P1 início da poligonal, situado no eixo do entroncamento da Avenida dos Andradas, Rua Mariano Procópio e Rua Benjamin Guimarães. Desse, segue pelo eixo da Rua Benjamin Guimarães até o entroncamento da Rua Bernardo Guimarães com a Rua Professora Violeta Santos conformando o **P2**. Desse, segue pelo eixo da Rua Professora Violeta Santos até o prolongamento do eixo da Rua Senador Feliciano Pena conformando o **P3**. Desse, segue por esse prolongamento e pelo eixo da Rua Senador Feliciano Pena, atravessa o Rio Paraíba, e encontra o eixo da Avenida Brasil conformando o **P4**. Desse, segue pelo eixo da Avenida Brasil, a jusante até encontrar o prolongamento do eixo da Travessa Nestor Vieira de Magalhães conformando o ponto **P5**. Desse, segue pelo prolongamento e pelo eixo da travessa Nestor Vieira de Magalhães conformando até encontrar o eixo da Rua Pedro II o ponto **P6**. Desse, segue pelo eixo dessa rua até encontrar o prolongamento da divisa direita da propriedade de nº 782 conformando o **P7**. Desse, segue por esse prolongamento e por essa divisa direita até encontrar o eixo da Rua Mariano Procópio conformando o **P8**. Desse, segue em direção a noroeste, pelo eixo da Rua Mariano Procópio até o entroncamento com a Avenida dos Andradas conformando o **P9**. Desse, segue em direção ao **P1**, conformando o **P10**, fechando a poligonal.

As diretrizes e recomendações constantes em pareceres aqui citados devem ser agregadas aos planos de gestão decorrentes do tombamento. Porém, importa registrar que, entre as recomendações para a conservação da integridade da área, destacam-se sobremaneira o privilégio às visadas atuais do Conjunto e a necessária garantia da continuidade dos panos de fachada em relação às vias do entorno.

Para tanto, as diretrizes de intervenção devem adotar o caráter de Portaria, incluindo os seguintes conceitos e recomendações:

a paisagem do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Parque Mariano Procópio é formada pelas edificações, cuja historicidade decorre do Parque onde estão inseridas;

a relação harmônica entre o espaço construído e o ambiente naturalmente estabelecido deve ser garantida;

a continuidade das visadas existentes do Parque deve ser assegurada em qualquer situação, respeitando-se os limites do perímetro tombado e o entorno, de modo a ser mantida a leitura do Conjunto;

a área tombada não poderá ser parcelada;

os acréscimos deverão atender única e exclusivamente às necessidades de apoio e manutenção das atividades do Parque e do Museu, admitindo-se ampliações apenas para o Museu;

toda e qualquer implantação de construções novas seguirá o paralelismo das curvas do terreno;

as cumeeiras das construções novas deverão garantir a percepção do Conjunto;

a linguagem, técnicas construtivas e materiais das construções novas deverão ser adequados ao lugar, entendendo-o na condição de organismo vivo, a qual se agrega a organização “natural” do jardim;

as orientações da Carta de Florença deverão se adequar ao dinamismo histórico do Parque, na medida em que a coleção botânica existente deve ser preservada;

as intervenções e ações de conservação e restauro somente poderão ser efetuadas após aprovação do Iphan.

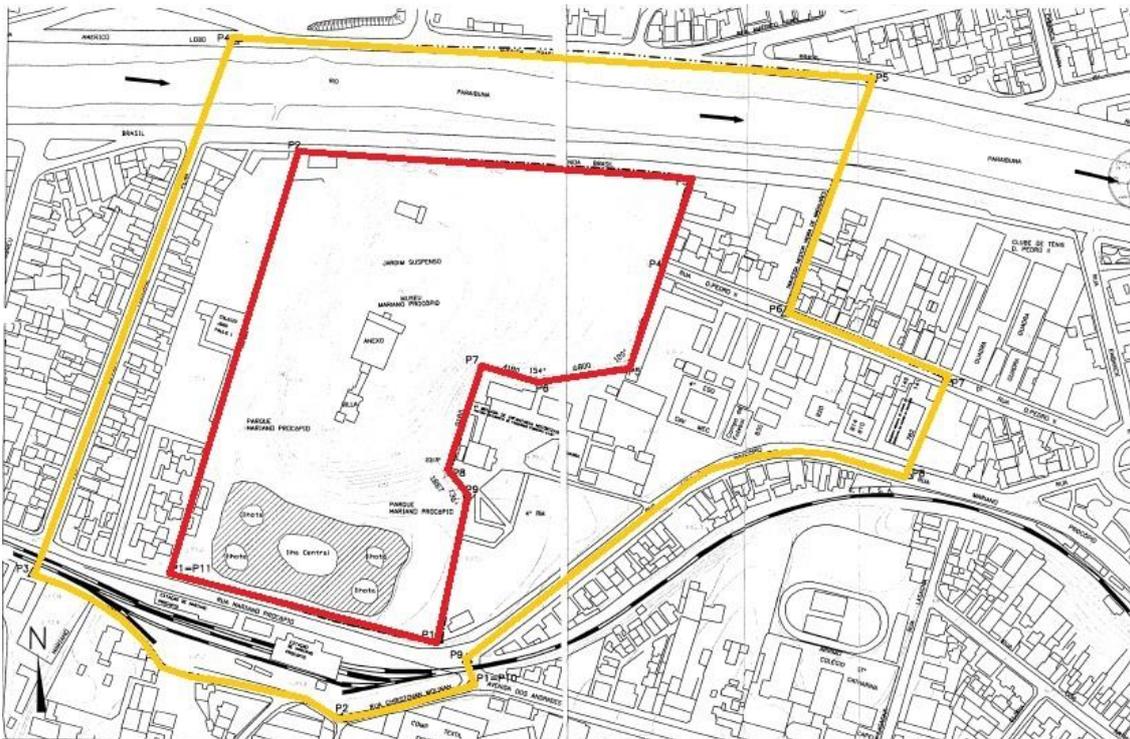
Enfim, resta transcrever as palavras com as quais Dom Pedro II, hóspede de Mariano Procópio em 1861, relatou a sua visão do lugar: “É deste aprazível sítio que a arte converteu num brinco igual a qualquer lugar de banhos na Alemanha, sob céu recamado de estrelas que porfiam com as inumeráveis luzes, que cintilam nos jardins e elegantes edifícios, ao som de uma harmoniosa banda de música de colonos tirolezes que eu principio a narrar a minha viagem enquanto a lua não sai e eu também, para percorrer estes jardins à inglesa, e subir no alto de um outeiro, onde Lage acaba a construção da mais “coquette” habitação. Eu estou em outra casa que também lhe pertence e se acha no meio dos jardins e junto do outeiro. Esta casa foi arranjada com apurado gosto e nada lhe falta ... Chamam-me para passear, pois a lua já surgiu”.

Por tudo que se expõe, o meu Parecer é favorável ao tombamento e respectiva inscrição do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio nos Livros Histórico, das Belas Artes, e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Brasília, 17 de junho de 2015

Conselheira Maria da Conceição Alves de Guimaraens
Arquiteta Representante do Instituto de Arquitetos do Brasil

Iconografia



-  Área de tombamento
-  Área de entorno

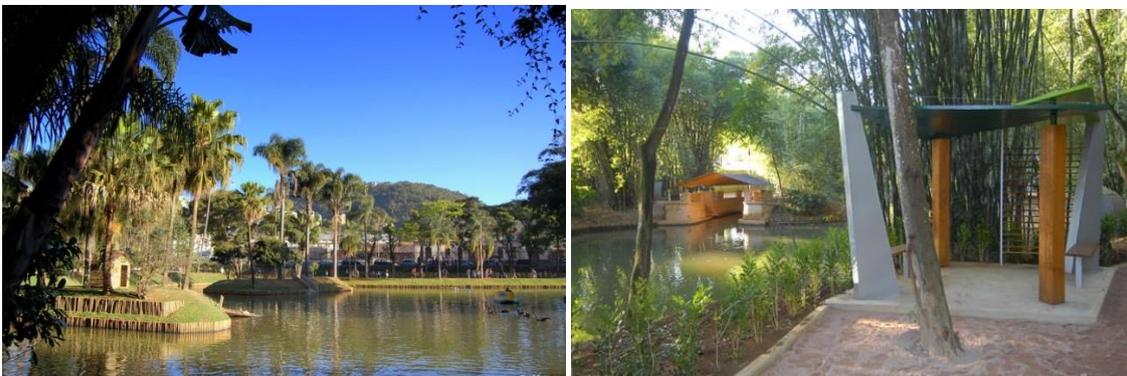
Poligonal de tombamento conforme mapa contido no processo de tombamento.



Poligonais redesenhadas a partir de foto aérea, onde se observa a inclusão da área aos fundos da Estação Ferroviária.



Vista das fachadas principais do Anexo e da Villa Ferreira Lage.



Vistas do Parque, lago e canais.



Vista da Villa Ferreira Lage e Anexo, que abriga o Museu Mariano Procópio.



Vista aérea do Parque Mariano Procópio.